

Concluída a primeira metade do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o País apresenta consistentes resultados decorrentes do esforço empreendido nesse período para aumentar a inclusão social, resgatar a capacidade de planejamento e gestão do Estado brasileiro e de seus instrumentos de atuação, fortalecer as instituições, recuperar a credibilidade da ação governamental, bem como para fortalecer os fundamentos macroeconômicos e implementar reformas microeconômicas que estão contribuindo para a consolidação do desenvolvimento sustentável.

Os dois primeiros anos deste mandato foram caracterizados pelo esforço para debelar a crise que aconteceu no final de 2002 e, paralelamente, pela parceria com o Congresso Nacional para aprovação das medidas fundamentais para o estabelecimento das bases para o desenvolvimento sustentável do País, com a necessária inclusão social. É importante destacar-se, nesse primeiro período, o ciclo inicial das Reformas Tributária e Previdenciária, além do início da discussão e da elaboração do segundo ciclo dessas reformas.

As Reformas Previdenciária e Tributária foram objeto de intenso debate com diversos setores da sociedade, além de análise pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Ao final, o próprio Presidente da República, acompanhado dos Governadores dos Estados, entregou pessoalmente no Congresso Nacional o texto das duas Propostas de Emenda à Constituição, que consubstanciaram as referidas reformas.

Em 2005, haverá a continuidade das reformas estruturais, com a esperada conclusão da votação no Congresso Nacional do segundo ciclo das Reformas da Previdência e Tributária. Essa Reforma Tributária contribuirá para o aumento da eficiência econômica, especialmente no que tange à reformulação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS). Está prevista a simplificação desse imposto, com a aprovação de regulamento único, número reduzido de alíquotas – atualmente o ICMS tem 44 alíquotas –, mantendo a competência estadual desse tributo. Busca-se também a solução para a chamada guerra fiscal, que desequilibra as condições de concorrência empresarial e prejudica as relações intrafederativas.

A proposta de Reforma Sindical, que está em fase final de preparação para ser encaminhada ao Poder Legislativo, também foi democraticamente debatida e aprovada no âmbito do Fórum Nacional do Trabalho. Esse Fórum – criado neste Governo – tem o objetivo de estabelecer uma instância privilegiada em que trabalhadores, empregadores e Governo possam debater e avaliar em todos os seus aspectos os elementos necessários à proposição da Reforma Sindical e Trabalhista.

As políticas públicas passaram a ser objeto de intenso debate com a sociedade. Exemplo dessa prática foram as diversas Conferências Nacionais, antes nunca realizadas, nas quais foram debatidos pelo conjunto da sociedade os diversos aspectos de políticas públicas setoriais. Assim, foram realizadas de forma inovadora as primeiras Conferências Nacionais das Cidades, da Pesca e Aquicultura e dos Esportes. As Conferências já tradicionais, como da Saúde, da Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente, também receberam o apoio do Governo.

A compatibilização das abordagens social e econômica caracterizou a regulamentação das Reformas da Previdência e Tributária. Dessa forma, foi adotada uma série de medidas que, ao mesmo tempo em que busca criar condições para a operação mais eficiente da economia e para que o crescimento seja o mais acelerado possível nos próximos anos, busca também melhorar a distribuição de renda.

Nesse sentido, o Governo estabeleceu uma desoneração completa de tributos incidentes sobre uma série de produtos da cesta básica, como arroz, feijão, ovos, farinha de mandioca e hortifrutigranjeiros, beneficiando a parcela da sociedade menos favorecida. Na área de investimentos, cujos projetos ao final também revertem em benefícios sociais, foram adotadas medidas para desoneração tributária dos bens de capital, como a redução do IPI incidente sobre máquinas e equipamentos, a instituição de regime temporário de depreciação acelerada dos investimentos e a redução, de dez para quatro anos e posteriormente para dois anos, do prazo de compensação dos créditos do PIS e da COFINS na aquisição de bens de capital. A criação da Cédula de Crédito Bancário, dos novos instrumentos de crédito e securitização para o setor imobiliário e para o agronegócio também representaram avanços objetivos para a constituição do novo arcabouço institucional para o desenvolvimento.

A ampliação da poupança de longo prazo também constitui importante elemento para a sustentabilidade do desenvolvimento. O Governo adotou uma série de medidas nesse sentido, entre as quais devem ser destacadas, no âmbito industrial, a ampliação do prazo de recolhimento do IPI, no âmbito da previdência complementar; a tributação com alíquotas decrescentes ao longo do tempo; a nova sistemática de tributação do rendimento de títulos de renda fixa e variável; e a conta de investimento, utilizada exclusivamente para migração entre aplicações financeiras sem a incidência da CPME.

O estabelecimento de um marco regulatório estável, com regras claras e dispositivos ágeis para estimular o investimento, assegurar a fiscalização das atividades e garantir os direitos do consumidor, constitui um pré-requisito para a consolidação de um processo de

desenvolvimento sustentável. O Governo trabalhou no ano de 2004 em diversas iniciativas que contribuíram para o estabelecimento desse novo arcabouço institucional.

As Parcerias Público-Privadas (PPP) representam um dos pilares desse novo arcabouço, constituindo importante instrumento para ampliar investimentos na área de infra-estrutura, com a participação da iniciativa privada em projetos com alto retorno social. As obras de infra-estrutura na área de rodovias, portos, aeroportos e energia serão, com a utilização das PPPs e de outros instrumentos, prioridades do Governo para 2005.

A nova Lei de Falências, que tramitava há anos no Congresso Nacional, também representará um relevante instrumento para tornar mais eficientes os processos de resolução de conflitos, além de estabelecer condições para que empresas viáveis, que apresentem dificuldades conjunturais, consigam recuperar-se, mantendo empregos, investimentos e ativos produtivos.

A melhoria do ambiente de negócios também está contemplada nesse novo arcabouço. Nessa linha, destacam-se os projetos para aperfeiçoamento do marco regulatório do sistema de defesa da concorrência e dos setores de infra-estrutura. Outro projeto integrante desse arcabouço refere-se ao apoio à pesquisa e à difusão de novas tecnologias – cuja Lei, de nº 10.973, foi sancionada pelo Presidente da República e publicada em 2 de dezembro de 2004. Não menos relevante é o novo marco legal sobre biossegurança de organismos geneticamente modificados (OGM) e seus derivados, cujo Projeto de Lei nº 2.401 está em análise final na Câmara dos Deputados.

A nova Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), definida em 2004, além de contribuir para a redução da vulnerabilidade externa e para o enfrentamento dos gargalos econômicos, valorizará os setores produtivos de alto valor agregado. A PITCE prioriza o estímulo ao investimento produtivo e à modernização industrial, à inovação de produto, processo e gestão, a um ambiente favorável ao desenvolvimento industrial; o apoio às áreas de biomassa, biotecnologia e nanotecnologia e a concretização de opções estratégicas relativas aos setores de semicondutores, software, bens de capital, fármacos e medicamentos. Criados em 2004, por meio da Lei nº 11.080, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) serão importantes instâncias para a implementação dessa política.

Esse conjunto de medidas macro e microeconômicas, aliado à participação cada vez mais efetiva da sociedade nesse processo de desenvolvimento sustentável, configura as condições para que o

Brasil consolide o progresso econômico e social, viabilizando a inclusão de setores historicamente injustiçados.

Melhorar a qualidade do ensino é uma orientação de Governo que vem sendo implementada, tanto por meio da ampliação dos recursos destinados à área de educação como pela adoção de medidas que têm por finalidade garantir o aprimoramento de todo o sistema educacional.

Em 2004, a consolidação do desenvolvimento sustentado com inclusão social na área da educação foi caracterizada pela implementação de programas prioritários nos setores de alfabetização e educação de jovens e adultos, melhoria do ensino básico, expansão do ensino técnico e fortalecimento do ensino superior federal e gratuito. Em 2005, esses programas contarão com recursos adicionais significativos e, em consonância com as prioridades para a educação, buscarão agregar qualidade ao ensino ministrado.

O ensino médio constitui, para o ano de 2005, prioridade fundamental. Está em fase final de elaboração uma Proposta de Emenda à Constituição, que será encaminhada brevemente ao Congresso Nacional, com a finalidade de equacionar o financiamento da educação básica, por meio da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Esse Fundo representará um avanço no pacto federativo, representando um novo patamar de financiamento para a educação com a participação da União, dos Estados e dos Municípios. O FUNDEB contribuirá efetivamente para o êxito da prioridade – a qualidade do ensino –, porque seus recursos possibilitarão melhorar a capacitação e a remuneração dos professores, o aparelhamento e a manutenção das escolas públicas.

Outras ações estruturais estão sendo executadas no âmbito da educação, como a reforma da educação superior, o Programa Universidade para Todos (PROUNI), a integração do ensino médio e curso técnico, e a inserção dos Centros Federais de Educação Tecnológica no ensino superior. São medidas concretas que reiteram o princípio da educação como um direito de todos os brasileiros e também contribuem para a melhoria da qualidade do ensino.

O objetivo geral de prover a população brasileira de uma atenção à saúde integral e de qualidade será uma prioridade governamental. Assim, a melhoria da qualidade do acesso e a redução das desigualdades em saúde serão os objetivos específicos que orientarão a atuação do Ministério da Saúde em 2005.

O Programa Bolsa Família, que já beneficiou mais de 6,5 milhões de famílias em 2004, continuará a ser implementado em 2005, com a inclusão de novos beneficiários e o aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão, fiscalização e controle. Para alcançar esse objetivo, será ampliada a parceria com a sociedade, os Municípios, os Estados e as entidades, como o Ministério Público Federal e o Tribunal de Contas da União.

Apesar de no ano de 2004 o Governo haver duplicado os valores investidos por família, que passou de R\$ 7,7 mil para R\$ 16 mil, compreendendo a elaboração de projetos produtivos, assistência técnica, construção de moradias e obras de infra-estrutura, muito há ainda por fazer no âmbito da Reforma Agrária. O objetivo de implantar uma Reforma Agrária com qualidade e sustentabilidade continuará a nortear a ação do Governo Federal em 2005 e constitui um dos aspectos basilares para que haja inclusão social no processo de desenvolvimento sustentado.

A redução das desigualdades regionais é uma das referências para nortear as ações do Governo Federal. A estratégia básica é valorizar a diversidade regional brasileira, implantando um inovador padrão de gestão e de articulação com a sociedade. Essa nova postura já está sendo adotada no desenvolvimento do Projeto de Integração do Rio São Francisco às bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional. Esse Projeto tem como objetivo básico contribuir para a sustentabilidade do semi-árido nordestino, reduzindo a vulnerabilidade das economias regionais ao fenômeno recorrente das secas, minimizando as desigualdades sociais e viabilizando oportunidades econômicas no âmbito regional. Essa mesma diretriz de desenvolvimento regional está sendo adotada no Novo Modelo de Desenvolvimento na Área de Influência da BR-163 – o chamado Plano BR-163 Sustentável.

O Governo continuará a executar uma ação articulada na área de segurança pública, buscando fortalecer nossas instituições nas áreas policial, penitenciária e judiciária. Nesse sentido, foi implementado o Sistema Único de Segurança Pública, como forma de viabilizar a execução de ações articuladas por meio das instituições federais, estaduais e municipais na área da segurança.

A ação conjunta Estado-Sociedade é fundamental para a consolidação do desenvolvimento sustentável, com inclusão social. Mas, além disso, o Governo vem aprimorando permanentemente seus instrumentos de gestão, para eficácia e efetividade de sua atuação, bem como implementando uma política de combate à corrupção. Entre as diversas medidas já adotadas para melhoria da gestão e modernização do Estado, devem ser destacadas a reestruturação de carreiras do serviço público; a realização de concursos públicos em áreas que

há muito sofriam com os efeitos do sucateamento e da terceirização; a valorização do servidor; a retomada do planejamento estratégico; e a otimização do uso dos recursos públicos.

O combate à corrupção está sendo viabilizado por meio de mecanismos de combate à sonegação e às fraudes, do fortalecimento dos órgãos de controle, bem como por instrumentos que aumentam a transparência da administração. Associado a instâncias de controle social, esse conjunto de mecanismos tem colaborado significativamente para o combate à corrupção e para o aprimoramento da relação Estado-Sociedade.

Há de se reiterar que para a consolidação do desenvolvimento sustentável com inclusão social, não apenas nas ações de combate à corrupção, mas nos demais aspectos da vida socioeconômica do País, deve ser estimulada a permanente interação Estado-sociedade. A implementação de políticas públicas, notadamente na área social, não apenas requer a realização de parcerias com as organizações do Terceiro Setor – o que demanda, inclusive, a revisão do seu marco legal, para assegurar maior transparência a essa relação – como também sua fiscalização e acompanhamento devem se dar de forma participativa para garantir que os benefícios sejam, efetivamente, auferidos pelos que deles necessitam. As iniciativas adotadas pelo Governo nessa direção serão, em curto prazo, intensificadas, demonstrando que, com a participação da sociedade, se fecha ainda mais o espaço para a corrupção e o desvio.

A coordenação das ações de Governo, nesses dois anos de mandato, foi intensificada, dando aos ministérios oportunidade de promover uma atuação articulada como há muito não ocorria. O papel das Câmaras do Conselho de Governo, criadas ou reativadas pelo Governo Federal, a criação de novos conselhos, a reativação de alguns que há muito não se reuniam, a realização de reuniões ministeriais e outras formas de coordenação foram essenciais não apenas para que se identificassem prioridades ajustadas ao Programa de Governo aprovado pelas urnas em 2002, mas também para que ações decisivas para o cumprimento desse Programa sejam alcançadas no seu horizonte temporal.

No ano de 2005, o Poder Executivo direcionará sua ação, cada vez mais, para os resultados que a sociedade espera, estruturados no Plano Plurianual e em seu Programa de Governo, de forma que não somente assegure condições para o desenvolvimento da economia, mas também que esse desenvolvimento se dê com inclusão social e participação da cidadania.